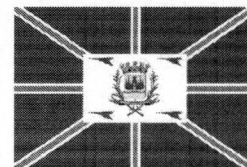




PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 80 1.2023.

Introduz alterações na Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, dando outras providências”, modificada que foi pelas Leis de nºs 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005, 5.058, de 8 de novembro de 2012, 5.124, de 4 de março de 2013, 5.130, de 15 de março de 2013, 5.529, de 9 de abril de 2015, 5.715, de 23 de março de 2016 e 5.941, de 5 de outubro de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono, com base no art. 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, a seguinte Lei:

Art. 1º Os §§ 1º e 3º, do art. 11, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, dando outras providências”, modificada que foi pelas Leis de nºs 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005, 5.058, de 8 de novembro de 2012, 5.124, de 4 de março de 2013, 5.130, de 15 de março de 2013, 5.529, de 9 de abril de 2015, 5.715, de 23 de março de 2016 e 5.941, de 5 de outubro de 2017, passam a ter esta redação:

“Art. 11. ...

§ 1º Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante voto direto, uninominal, facultativo secreto, sendo os eleitores especificados no § 4º, do art. 16-D, desta Lei.

...

§ 3º O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercendo a função de Conselheiro Tutelar é permitida recondução por novos processos de escolha.

...”

Art. 2º O caput do art. 13, bem como seus §§ 1º e 2º, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, passam a ter esta redação:

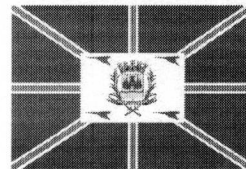
“Art. 13. Observados os parâmetros e normas definidas pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pela Resolução Conanda nº 139, de 17 de março de 2010, pela Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994 e suas alterações, compete ao Conselho Tutelar de Araguari a elaboração do seu regimento interno.

§ 1º A proposta do regimento interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação e aprovação.

§ 2º Uma vez aprovado pelo Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente, o regimento interno do Conselho Tutelar de Araguari será publicado,



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



afixado em local visível na sede do órgão e encaminhada cópia ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.”

Art. 3º O caput do art. 14, seus incisos I, II e VI, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, passam a ter novas redações, ficando ainda acrescentado ao mesmo artigo o inciso VII, conforme segue:

“Art. 14. São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por certidão, cível e criminal emitida pelo cartório distribuidor da Comarca de Araguari e da Justiça Federal, além de outros documentos, em direito admitidos, como documentos, testemunhas, perícias e demais meios de prova legalmente permitidos, ficando ao critério do CMDCA determinar diligências necessárias para elucidar aspecto relevante;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

...

VI - estar no gozo dos direitos políticos;

VII - ter conhecimento em informática básica, comprovado mediante certificado.

...”

Art. 4º Os incisos IV e V, do art. 15, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, passam a ter esta redação:

“Art. 15. ...

...

IV - a eleição será mediante o voto direto, uninominal, facultativo e secreto, conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público;

V - as candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

...”

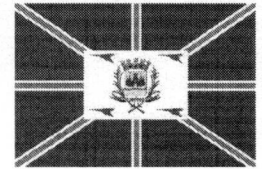
Art. 5º Fica acrescentado à Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, o art. 16-A, com seus respectivos parágrafos, conforme segue:

“Art. 16-A. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá também em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei Federal nº 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

§ 1º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



Adolescente notificação, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 2º O Ministério Público deverá ser notificado das deliberações realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 3º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.”

Art. 6º Fica acrescentado à Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, o art. 16-B, com seus respectivos parágrafos, incisos e alíneas, conforme segue:

“Art. 16-B. Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal, na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade), e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

IV - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

VI - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das igrejas ou cultos para campanha eleitoral;

VII - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VIII - distribuição de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

IX - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

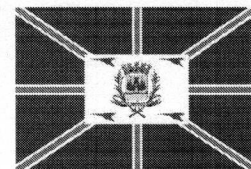
a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;



PREFEITURA DE ARAGUARI

GABINETE DO PREFEITO



c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura;

X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores;

XI – abuso de propaganda na internet e em redes sociais.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 600 (seiscentos) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no artigo 56, da Lei Federal nº 9.504/1997.”

Art. 7º Fica acrescentado à Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, o art. 16-C, conforme segue:

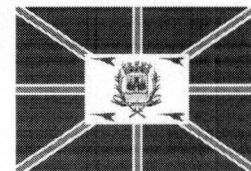
“Art. 16-C. A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.”

Art. 8º Fica acrescentado à Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, o art. 16-D, com seus respectivos parágrafos e incisos conforme segue:



PREFEITURA DE ARAGUARI

GABINETE DO PREFEITO



“Art. 16-D. Art. 25. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária, conforme Resolução nº 231, de 28 de fevereiro de 2022, do CONANDA.

§ 1º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal nº 9.504/1997.

§ 3º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 4º Terão direito a voto no processo eleitoral do Conselho Tutelar da cidade de Araguari:

I - 3 representantes de cada entidade inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araguari com inscrição regular no ano da eleição;

II - 3 representantes de cada Escola Estadual;

III - 3 representantes de cada Centro Educacional Municipal - CEM;

IV - 3 representantes de cada Centro Educacional Municipal Infantil - CMEI;

V - 3 representantes de cada Centro de Referência em Assistência Social - CRAS;

VI - 3 representantes de cada Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS;

VII - 3 representantes da Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher, o Idoso e a Criança e Adolescente;

VIII - 3 representantes da Delegacia de Polícia Civil;

IX - 3 representantes do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Araguari;

X - 3 representantes do Centro de Atenção Psicossocial Infantil - CAPS INFANTIL;

XI - 3 representantes do Centro de Apoio Especializado - CAE;

XII - membros das Comissões da Juventude, Direitos Humanos e Igualdade Racial, bem como os membros da Comissão de Saúde e Assistência Social da Câmara Municipal de Araguari;

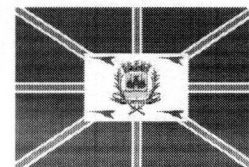
XIII - 3 representantes de cada Secretaria Municipal ligadas à política de assistência e promoção da criança e do adolescente, sendo Secretária do Trabalho e Ação Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria da Juventude, Combate à Fome e a Dependência Química, Fundação Municipal de Esportes e Paradesporto e Fundação Aragarina de Educação e Cultura;

XIV - os servidores públicos efetivos da Polícia Militar que compõem no momento das eleições a Patrulha Escolar;



PREFEITURA DE ARAGUARI

GABINETE DO PREFEITO



XV - os Conselheiros de direito municipais titulares e suplentes que compõem no momento da eleição o Conselho Municipal de Saúde;

XVI - os Conselheiros de direito municipais titulares e suplentes que compõem no momento da eleição, o Conselho Municipal de Assistência Social;

XVII - os Conselheiros de direito municipais titulares e suplentes que compõem no momento da eleição o Conselho Municipal de Segurança Alimentar;

XVIII - os Conselheiros de direito municipais titulares e suplentes que compõem no momento da eleição o Conselho Municipal da Mulher;

XIX - os Conselheiros de direito municipais titulares e suplentes que compõem no momento da eleição, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

XX - os candidatos a Conselheiro Tutelar da eleição em vigor no momento;

XXI - representantes de outras instituições poderão participar da eleição do Conselho Tutelar, desde que inscritos no respectivo Conselho, com antecedência de até 60 (sessenta) dias antes da data da eleição.

§ 5º Os votantes supracitados serão indicados pelo representante legal de cada instituição referenciada ao CMDCA com antecedência mínima de 60 dias antes das eleições para o Conselho Tutelar.

§ 6º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 7º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.”

Art. 9º Fica acrescentado à Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, o art. 16-E, com seus respectivos parágrafos e incisos, conforme segue:

“Art. 16-E. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

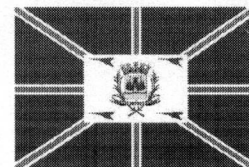
I – o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

II – a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei Federal nº 8.069/1990;

III – as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos os, com as respectivas sanções previstas em Lei;



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



IV – criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha.

§ 3º Todos os candidatos que participarem do processo de escolha, a partir do 6º (sexto) mais votado, serão considerados suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela legislação local.”

Art. 10. Fica acrescentado à Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, o art. 16-F, com seus respectivos parágrafos, conforme segue:

“Art. 16-F. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.”

Art. 11. Fica acrescentado à Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, o art. 16-G, com seu respectivo parágrafo único, conforme segue:

“Art. 16-G. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos.

Parágrafo único. O horário de votação ocorrerá idêntico ao da Justiça Eleitoral das (8h00 às 17h00), conforme Resolução nº 231/2022 do CONANDA.”

Art. 12. Fica acrescentado à Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, o art. 16-H, com seus respectivos parágrafos, conforme segue:

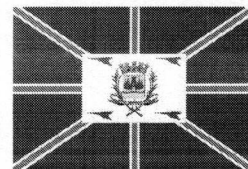
“Art. 16-H. A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.”

Art. 13. Fica acrescentado à Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, o art. 16-I, com seus respectivos parágrafos, conforme segue:

“Art. 16-I. A apuração dos votos será realizada no mesmo dia após encerramento das eleições com apoio da Polícia Militar de Minas Gerais para Manutenção da ordem.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.”

Art. 14. Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigência os demais dispositivos das Leis de nºs 2.923, de 18 de janeiro de 1994, 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005, 5.058, de 8 de novembro de 2012, 5.124, de 4 de março de 2013, 5.130, de 15 de março de 2013, 5.529, de 9 de abril de 2015, 5.715, de 23 de março de 2016 e 5.941, de 5 de outubro de 2017, desde que não modificados por esta Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 15 de março de 2023.

Assinado de forma digital
por RENATO CARVALHO
FERNANDES:21869056809
Dados: 2023.03.20
14:52:32 -03'00'

RENATO CARVALHO FERNANDES

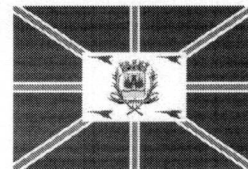
Paulo Apóstolo da Silva

gov.br

Documento assinado digitalmente
PAULO APOSTOLO DA SILVA
Data: 20/03/2023 12:15:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



JUSTIFICATIVA:

SENHOR PRESIDENTE E SENHORES VEREADORES!

Estamos encaminhando para apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei que Introduz alterações na Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, dando outras providências”, modificada que foi pelas Leis de nºs 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005, 5.058, de 8 de novembro de 2012, 5.124, de 4 de março de 2013, 5.130, de 15 de março de 2013, 5.529, de 9 de abril de 2015, 5.715, de 23 de março de 2016 e 5.941, de 5 de outubro de 2017.

O presente Projeto de Lei objetiva atender à solicitação da Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente conforme Ofício nº 04, de 7 de março de 2023, cuja ata da reunião do aludido Conselho anexada ao mesmo, esclarece a necessidade de alteração da Lei Municipal nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, tendo em vista a edição da Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que revogou a anterior Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, do CONANDA.

A nova Resolução mencionada dispõe sobre o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares em todo o território nacional, inclusive o Representante do Ministério Público Estadual através do Ofício/7ªPJ/ARAGUARI/Nª 33/2022, cópia anexa, solicita a apresentação da legislação municipal que trata da eleição do Conselho Tutelar, devidamente atualizada, por isso se faz necessário adequar a Lei Municipal nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, às disposições da Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Se faz necessário ressaltar a importância do Conselho Tutelar que é um órgão permanente e autônomo não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com previsão legal no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA), e a par disso para o mesmo funcione plenamente é preciso que a legislação local que o instituiu esteja adequada às disposições das normas concernente superiores.

Pelo exposto, solicitamos as Vossas Excelências a aprovação do enfocado Projeto de Lei nos termos em que se encontra redigido, e que seja adotado no seu trâmite o regime de urgência com dispensa dos interstícios regimentais.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 15 de março de 2023.


Assinado de forma digital
por RENATO CARVALHO
FERNANDES:21869056809
Dados: 2023.03.20 14:53:02
-03'00"
Renato Carvalho Fernandes
Prefeito

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lei Municipal 2.923 de 18 de janeiro de 1994
Rua Claudio Manoel 1087 - Bairro Santo Terezinha - CEP. 38. 443-018
Araguari - Minas Gerais - Fone: 34-36903154
E-mail: conselhosaraguari@yahoo.com.br

Ofício: 04 de 2023
Órgão: CMDCA
Assunto: Solicitação (faz).

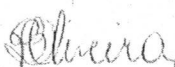
Araguari-MG, 07 de março de 2023.

Prezado Senhor Secretário,

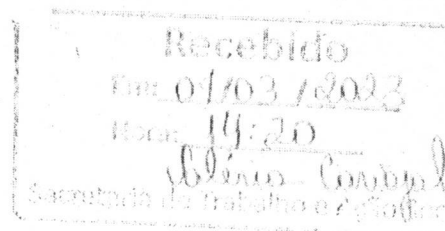
Com cordiais cumprimentos, solicito a Vossa Senhoria providências urgentes junto ao Sr. Prefeito Municipal e ao Departamento Jurídico para alteração da Lei Consolidada 2923/18/01/1994, conforme orientações contidas nos documentos em anexo.

Sem mais para o momento elevo protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,


Patrícia Silva Oliveira
PRESIDENTE DO CMDCA

Ilmo. Sr.
Paulo Apóstolo da Silva
Secretário Municipal do Trabalho e Ação Social



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rua Claudio Manoel 1087 - Bairro Santo Terezinha_ CEP. 38. 443-018
Araguari - Minas Gerais - Fone: 34-36903154
E-mail: conselhosaraguari@yahoo.com.br

Ata de reunião ordinária do CMDCA de Araguari, realizada em 02 de fevereiro de 2023 as 8:30 na Sede das Casa dos Conselhos na rua Claudio Manuel, 1087, Bairro Santa Terezinha. Iniciou-se a presente reunião com oração por agradecimento com a palavra da conselheira Darci. Iniciou-se com uma oração e boas-vindas para o ano de 2023 apresentação da pauta: Ofício 2088/SMTAS/2022. QUE INFORMA SOBRE Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora que acolheu Lorrayne Layla Doro Neves Moreira, que foi acolhida pela Sra. Luzia Jussara da Silva. Após esclarecimentos da conselheira Marlene sobre audiência ocorrida em dezembro de 2022 com Ministério Público, reunião entre CMCD/CT/STMAS e instituição BEA, que ficou decidido a necessidade da criação do serviço com ato infracional para adolescentes do sexo feminino. Como consequência ocorreu elaboração de Audiência Pública para estabelecer legalmente todos os parâmetros para criação no município deste serviço. Ficou decidido pelos conselheiros encaminhamento de ofício para novas informações e andamento deste projeto pela STMAS até março de 2023 para realização do chamamento público. Com relação ao programa Família Acolhedora ficou decidido pelos conselheiros reunião com secretário sobre assunto. Outro item da pauta refere-se à eleição dos novos conselheiros tutelares. A conselheira Ariadne repassou as leis referentes ao tema de outro município para que seja viabilizado novas leis para o município de Araguari. Após longa discussão a presidente Patrícia disse que ocorreram mudanças do CONANDA com relação a esse processo para eleição do Conselho Tutelar de Araguari. O promotor de justiça Dr. Felipe Gomes de Araújo enviou para o CMDCA as modificações na resolução 170 e apresentou demonstrativo e comparativos da resolução 231, através do Ofício 7ªPJ/ARAGUARI/Nº33/2022. Para realização do processo, fica decidido criação de comissão para processo eleitoral dos Conselheiros Tutelares 2023, que será composta pelos conselheiros do CMDCA: Patrícia Silva, Ariadne Ghenov, Marlene Gussoni, Kelly Cristina de Menezes, Juliano Marques Ferreira, Ivaldo Vasconcelos Góes, Bruna de Melo Vitorino e Marina das Graças Silva. Em seguida foi mencionado pela presidente sobre os ofícios recebidos pela Associação Casa de Davi informando sobre desligamento do adolescente Davi Araújo Silva, sobre o Gabriel Antônio Valentim Moreno e Wellington dos Santos Dias Melo que foram acolhidos na instituição Associação Casa de Davi. Também foi recebido informações encaminhadas pelo Conselho Tutelar relativos aos atendimentos aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2022. Encaminhou também o CT através do Ofício 001/2023 sobre as reuniões da rede de proteção. Em seguida foi lido pela presidente um encaminhamento feito via e-mail pela 1ª Vara Criminal de Infância e Juventude de Araguari, que foi repassado pelo servidor Clayton Moreira de Castro que seja realizado no prazo de 24 horas as seguintes informações os valores e destinação das verbas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do ano de 2022. Em resposta pelo ofício 01/2023 que a presidente já fez a resposta no prazo pedido ao Judiciário explicando o que ocorreu no ano de 2022. A presidente ainda encaminhou nesta resposta o valor do saldo do FIA sendo R\$ 932.127,98 em conta/corrente. Ainda foi falado sobre o ofício 002/2023 em resposta ao Ofício 7ªJP/ARAGUARI/Nº33/2022 SEI PA 19.16.2517.0003174/2023-13 pedindo cópia da legislação municipal que trata da eleição do Conselho Tutelar e normativas, regulamentares, devidamente atualizados e afins. Em tempo a conselheira Marlene Gussoni solicitou reinserção em comissão visitas e análise de documentos. Fica também declarado que na última ata do CMDCA de 2022 que as instituições Rede Cidadã e ANA foram desligadas. Sem mais no momento, eu

secretária ah doc, encerro a presente ata que será lida e assinada pelos presentes. Sem
mais encerramos a reunião

Carci Pedro Sabrinho, Kelly Cristina
de Moraes, Laura de Medeiros, MARLENE SABEL
GUSSONI, Patrícia Silva Oliveira, Juliana Moisés Ferreira.



ARAGUARI - 07ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA - ARGPJ-
07PJ

OFÍCIO/7ª PJ/ARAGUARI/Nº 33/2022
SEI PA 19.16.2517.0003174/2023-13
Assunto: requisita documentos
(ao responder, favor fazer referências)

Araguari, 13 de janeiro de 2023.

Ilma. Sra. Patrícia Silva Oliveira
DDa. Presidente do CMDCA
Araguari/MG
conselhosaraguari@yahoo.com.br

Senhora Presidente,

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, por meio do Promotor de Justiça signatário, com fundamento no art. 129, VI, da Constituição Federal, no art. 120, V, da Constituição Mineira, no art. 26, I, "b", da Lei n.º 8.625/1993, no art. 67, I, "b", da Lei Complementar estadual n.º 34/1994, artigos 201, VI e 223 *caput* do ECA, vem, pelo presente, no prazo de 10 (dez) dias, requisitar a Vossa Senhoria cópia da legislação municipal que trata da eleição do Conselho Tutelar e seus respectivos atos normativos regulamentares, devidamente atualizados.

Atenciosamente,

Felipe Gomes de Araujo
Promotor de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE GOMES DE ARAUJO, PROMOTOR**
SEGUNDA ENTRANCIA, em 18/01/2023, às 16:41, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de
17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **4381799** e o código
CRC **68CD45E9**.

Processo SEI: 19.16.2517.0003174/2023-13 / Documento SEI:
4381799

Gerado por: PGJMG/ARGPJ/ARGPJ-07PJ

RUA CORONEL LINDOLFO RODRIGUES DA CUNHA, 130 - - Bairro CENTRO - Araguari/ MG
CEP 38440022 - www.mpmg.mp.br

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/12/2022 | Edição: 246 | Seção: 1 | Página: 325

Órgão: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022

Altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 2º da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991 e no art. 2º do Decreto nº 9579, de 22 de novembro de 2018, em cumprimento aos artigos 28 a 31 do seu Regimento Interno e às deliberações da 182ª Assembleia Ordinária, realizada no dia 17 de março de 2010.

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar se constitui em órgão essencial do Sistema de Garantia dos Direitos (Resolução nº 113 do CONANDA), concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990;

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar e os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente são resultados de intensa mobilização da sociedade brasileira no contexto de luta pela democracia participativa, que busca efetivar a consolidação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e a implementação das políticas públicas em âmbito local;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecimento dos princípios constitucionais da descentralização político-administrativa na consolidação da proteção integral infanto-juvenil em âmbito municipal e do Distrito Federal;

CONSIDERANDO os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, em especial a prevalência dos direitos humanos, o respeito à diversidade e à dignidade da pessoa humana;

CONSIDERANDO a atribuição do CONANDA de estabelecer diretrizes e normas gerais quanto à política de atendimento à criança e ao adolescente;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da Resolução Nº 170, de 10 de dezembro de 2014 do CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros de criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil, resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, para dispor quanto ao processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho tutelar.

CAPÍTULO I

DA CRIAÇÃO E DA MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES

Art. 2º O Conselho Tutelar é o órgão municipal ou do Distrito Federal de defesa dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto na Lei nº 8.069/1990.

Art. 3º Em cada município e no Distrito Federal haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, em cumprimento ao disposto no art. 132 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º Para assegurar a equidade de acesso, caberá aos municípios e ao Distrito Federal criar e manter Conselhos Tutelares, observada, a proporção mínima de um Conselho para cada cem mil habitantes.

§ 2º Quando houver mais de um Conselho Tutelar em um município ou no Distrito Federal, caberá à gestão municipal e /ou do Distrito Federal distribuí-los conforme a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como os indicadores sociais.

§ 3º Cabe à legislação local a definição da área de atuação de cada Conselho Tutelar, devendo ser, preferencialmente, criado um Conselho Tutelar para cada região, circunscrição administrativa ou microrregião, observados os parâmetros indicados no § 1º e no § 2º.

Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal ou do Distrito Federal deverá estabelecer, preferencialmente, dotação específica para implantação, manutenção, funcionamento dos Conselhos Tutelares, bem como para o processo de escolha dos conselheiros tutelares, custeio com remuneração, formação continuada e execução de suas atividades.

§ 1º Para a finalidade do caput, devem ser consideradas as seguintes despesas:

a) custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, entre outros necessários ao bom funcionamento dos Conselhos Tutelares;

b) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar;

c) custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições, inclusive diárias e transporte, quando necessário deslocamento para outro município;

d) espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção;

e) transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção e segurança da sede e de todo o seu patrimônio;

f) processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

g) computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à internet, com volume de dados e velocidade necessários para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar, assim como para a assinatura digital de documentos;

§ 2º Na hipótese de inexistência de lei local que atenda os fins do caput ou de seu descumprimento, o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar ou qualquer cidadão poderá requerer aos Poderes Executivo e Legislativo, assim como ao Ministério Público competente, a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§ 3º A gestão orçamentária e administrativa do Conselho Tutelar ficará, preferencialmente, a cargo do Gabinete do Prefeito ou ao Governador, no caso do Distrito Federal.

§ 4º Cabe ao Poder Executivo garantir quadro de equipe administrativa permanente, com perfil adequado às especificidades das atribuições do Conselho Tutelar.

§ 5º O Conselho Tutelar requisitará os serviços nas áreas de educação, saúde, assistência social, entre outras, com a devida urgência, de forma a atender ao disposto no artigo 4º, parágrafo único, e no artigo 136, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.069, de 1990.

§ 6º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer fins que não sejam destinados à formação e à qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, observar as seguintes diretrizes:

I - Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto uninominal facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município ou do Distrito Federal, realizado em data unificada em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sendo estabelecido em lei municipal ou do Distrito Federal, sob a responsabilidade do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deve buscar o apoio da Justiça Eleitoral;

II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas;

III - fiscalização pelo Ministério Público; e

IV - a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 6º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou do Distrito Federal e todos os demais candidatos habilitados serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

§ 1º O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

§ 2º Em havendo mais de um Conselho Tutelar no município, a votação se dará preferencialmente, respeitando a correspondência entre o domicílio eleitoral do eleitor e a região de atendimento do Conselho Tutelar.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, o candidato deve comprovar residência fixa na região de atendimento do Conselho Tutelar a que pretende concorrer.

Art. 7º Caberá ao Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a antecedência de no mínimo 06 (seis) meses, publicar o edital do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069, de 1990, e na legislação local referente ao Conselho Tutelar.

§ 1º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133 da Lei nº 8.069, de 1990 e em Lei Municipal ou do Distrito Federal de criação dos Conselhos Tutelares;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei Municipal ou do Distrito Federal de criação dos Conselhos Tutelares;

d) composição da comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha, já criada por resolução própria;

e) informações sobre a remuneração, jornada de trabalho, período de plantão e/ou sobreaviso, direitos e deveres do cargo de membro do Conselho Tutelar; e

f) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos candidatos suplentes.

§ 2º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069, de 1990, e pela legislação local correlata.

Art. 8º A relação de condutas ilícitas e vedadas seguirá o disposto na legislação local com a aplicação de sanções de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros.

§ 1º Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus apoiadores.

§ 2º A propaganda eleitoral poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato e curriculum vitae.

§ 3º A campanha deverá ser realizada de forma individual por cada candidato, sem possibilidade de constituição de chapas.

§ 4º Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular.

§ 5º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação final e oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 6º É permitida a participação em debates e entrevistas, desde que se garanta igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 7º. Aplicam-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores, observadas ainda as seguintes vedações, que poderão ser consideradas aptas a gerar inidoneidade moral do candidato:

I- abuso do poder econômico na propaganda feita por meio dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e no art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II- doação, oferta, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III- propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público;

IV- participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

V- abuso do poder político-partidário assim entendido como a utilização da estrutura e financiamento das candidaturas pelos partidos políticos no processo de escolha;

VI- abuso do poder religioso, assim entendido como o financiamento das candidaturas pelas entidades religiosas no processo de escolha e veiculação de propaganda em templos de qualquer religião, nos termos da Lei Federal nº 9.504/1997 e alterações posteriores;

VII- favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública;

VIII- distribuição de camisetas e qualquer outro tipo de divulgação em vestuário;

IX- propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a. considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbanas;

b. considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c. considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

X - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como por faixas, letreiros e banners com fotos ou outras formas de propaganda de massa;

XI - abuso de propaganda na internet e em redes sociais.

§ 8º A livre manifestação do pensamento do candidato e/ou do eleitor identificado ou identificável na internet é passível de limitação quando ocorrer ofensa à honra de terceiros ou divulgação de fatos sabidamente inverídicos.

§ 9º A propaganda eleitoral na internet poderá ser realizada nas seguintes formas:

I- em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País;

II- por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa;

III- por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo.

§ 10 No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- I- Utilização de espaço na mídia;
- II- Transporte aos eleitores;
- III- Uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;
- IV- Distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- V- Qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 11 É permitida, no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

§ 12 Compete à Comissão Especial processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral e demais irregularidades, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, assegurada a ampla defesa e o contraditório, na forma de resolução específica.

§ 13 Os recursos interpostos contra decisões da Comissão Especial serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 9º Caberá ao Conselho Estadual e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente buscar o apoio da Justiça Eleitoral para o empréstimo de urnas eletrônicas, o fornecimento das listas de eleitores, elaboração do software respectivo, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral da localidade.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas, o Conselho Municipal e Distrital deve obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns a fim de que a votação seja feita manualmente, sem prejuízo dos demais apoios listados no Caput.

Art. 10 Caberá ao Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - conferir ampla publicidade ao processo de escolha dos membros para o Conselho Tutelar, mediante publicação de Edital de Convocação do pleito no diário oficial do Município, do Distrito Federal, ou meio equivalente, afixação em locais de amplo acesso ao público, chamadas na rádio, jornais, publicações em redes sociais e outros meios de divulgação;

II - convocar servidores públicos municipais ou distritais para auxiliar no processo de escolha, em analogia ao artigo 98 da Lei nº 9.504/1997 e definir os locais de votação.

§ 1º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069, de 1990.

§ 2º Compete ao Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente garantir que o processo de escolha seja realizado em locais públicos de fácil acesso, observando os requisitos essenciais de acessibilidade, preferencialmente nos locais onde já se realizam as eleições regulares da Justiça Eleitoral.

Art. 11. O Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá delegar a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar local a uma comissão especial, a qual deverá ser constituída por composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observados os mesmos impedimentos legais previstos no art. 14 desta Resolução.

§ 1º A composição, assim como as atribuições da comissão referida no caput deste artigo, deve constar na resolução regulamentadora do processo de escolha.

§ 2º A comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha deverá analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§ 3º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão do processo de escolha:

- I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e
- II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§ 4º O Conselho Municipal ou Distrital da Criança e do Adolescente publicará, na mesma data da publicação da homologação das inscrições, resolução disciplinando o procedimento e os prazos para processamento e julgamento das denúncias de prática de condutas vedadas durante o processo de escolha.

§ 5º Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

§ 6º Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

§ 7º Cabe ainda à comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha:

- I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;
- II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação, denúncias e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado, preferencialmente seguindo os parâmetros das cédulas impressas da Justiça Eleitoral;
- V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha, preferencialmente seguindo o zoneamento da Justiça Eleitoral;
- VI - selecionar e requisitar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais e distritais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;
- VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;
- VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e
- IX - resolver os casos omissos.

§ 7º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 12. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os critérios do art. 133 da Lei nº 8.069, de 1990, além de outros requisitos expressos na legislação local específica.

§ 1º Os requisitos adicionais devem ser compatíveis com as atribuições do Conselho Tutelar, observada a Lei nº 8.069, de 1990 e a legislação municipal ou do Distrito Federal.

§ 2º Entre os requisitos adicionais para candidatura a membro do Conselho Tutelar a serem exigidos pela legislação local, devem ser consideradas:

- I - comprovada a experiência na promoção, proteção ou defesa dos direitos da criança e do adolescente em entidades registradas no CMDCA;
- II - comprovação de, no mínimo, conclusão de ensino médio.

§ 3º Havendo previsão na legislação local é admissível aplicação de prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurado prazo para interposição de recurso junto à comissão especial do processo de escolha, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município, do Distrito Federal ou meio equivalente.

Art. 13. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados para cada Colegiado.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Art. 14. A votação dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá com horário idêntico àquele estabelecido pela Justiça Eleitoral para as eleições gerais.

§ 1º O resultado do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá ser publicado no Diário Oficial do Município do Distrito Federal ou meio equivalente e afixado no mural e sítio eletrônico oficial do município e CMDCA.

§ 2º A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente à deflagração do processo de escolha ou, em casos excepcionais, em até 30 dias da homologação do processo de escolha.

Art. 15. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca estadual ou do Distrito Federal.

Art. 16. Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o Poder Executivo Municipal ou do Distrito Federal convocará imediatamente o suplente para o preenchimento da vaga.

§ 1º Os Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de classificação publicada e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

I - Havendo zoneamento de candidaturas nos Municípios com mais de um conselho tutelar, este zoneamento deverá ser respeitado, quando da convocação de suplentes;

II - Caso esgotados os suplentes de determinada zona, poderão ser convocados suplentes de outras zonas, respeitada a classificação geral conforme número de votos recebido.

§ 2º Havendo dois ou menos suplentes disponíveis, caberá ao Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente iniciar imediatamente processo de escolha suplementar.

§ 3º Caso haja necessidade de processo de escolha suplementar nos dois últimos anos de mandato, poderá o Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, havendo previsão específica na lei municipal, realizá-lo de forma indireta, tendo os Conselheiros de Direitos como colégio eleitoral, facultada a redução de prazos e observadas as demais disposições referentes ao processo de escolha.

§ 4º A homologação da candidatura de membros do Conselho Tutelar a cargos eletivos deverá implicar em afastamento temporário do mandato, por incompatibilidade com o exercício da função, podendo retornar ao cargo, desde que não assuma o cargo eletivo a que concorreu.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 17. O Conselho Tutelar funcionará em local de fácil acesso, preferencialmente já constituído como referência de atendimento à população.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico, instalações e equipamentos que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

- I - placa indicativa da sede do Conselho em local visível à população;
- II - sala reservada para o atendimento e recepção ao público;
- III - sala reservada e individualizada para as pessoas em atendimento, com recursos lúdicos para atendimento de crianças e adolescentes;
- IV - sala reservada para os serviços administrativos;
- V - sala reservada para os Conselheiros Tutelares; e
- VI - computadores, impressora e serviço de internet de banda larga.

§ 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

Art. 18. Observados os parâmetros e normas definidas pela Lei nº 8.069, de 1990 e pela legislação local, compete ao Conselho Tutelar a elaboração e aprovação do seu Regimento.

§ 1º A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo-lhes facultado, o envio de propostas de alteração.

§ 2º Uma vez aprovado, o Regimento Interno do Conselho Tutelar será publicado em Diário Oficial ou equivalente e afixado em local visível na sede do órgão e encaminhado ao Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e o do Adolescente, Poder Judiciário e ao Ministério Público.

Art. 19. O Conselho Tutelar estará aberto ao público nos moldes estabelecidos pela Lei Municipal ou do Distrito Federal que o criou, garantido o atendimento ininterrupto à população.

Parágrafo único. Cabe à legislação local definir a forma de fiscalização do cumprimento do horário de funcionamento do Conselho Tutelar e da jornada de trabalho de seus membros.

Art. 20. Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

Parágrafo único. O disposto no caput não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho.

Art. 21. As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 1º As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação.

§ 2º As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de quarenta e oito horas, sem prejuízo de seu registro no Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA.

§ 3º Se não localizado, o interessado será intimado através de publicação do extrato da decisão na sede do Conselho Tutelar, admitindo-se outras formas de publicação, de acordo com o disposto na legislação local.

§ 4º É garantido ao Ministério Público e à autoridade judiciária o acesso irrestrito aos registros do Conselho Tutelar, inclusive, no SIPIA resguardado o sigilo perante terceiros.

§ 5º Os demais interessados ou procuradores legalmente constituídos terão acesso às atas das sessões deliberativas e registros do Conselho Tutelar que lhes digam respeito, ressalvadas as informações que coloquem em risco a imagem ou a integridade física ou psíquica da criança ou adolescente, bem como a segurança de terceiros.

§ 6º Para os efeitos deste artigo, são considerados interessados os pais ou responsável legal da criança ou adolescente atendido, bem como os destinatários das medidas aplicadas e das requisições de serviço efetuadas.

Art. 22. É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

Art. 23. Cabe ao Poder Executivo Municipal ou do Distrito Federal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência- SIPIA.

§ 1º O Conselho Tutelar encaminhará relatório trimestral ao Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

§ 2º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes com atuação no município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas à execução das medidas de proteção e demandas de deficiências das políticas públicas ao Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente a definição do plano de implantação implementação do SIPIA para o Conselho Tutelar.

§ 4º O registro de todos os atendimentos e a respectiva adoção de medidas de proteção, encaminhamentos e acompanhamento no SIPIA ou sistema que o venha a suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório, sob pena de falta funcional.

§ 5º Cabe ao Poder Executivo Federal instituir e manter o SIPIA.

CAPÍTULO IV

DA AUTONOMIA DO CONSELHO TUTELAR E SUA ARTICULAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 24. A autonomia do Conselho Tutelar para tomar providências e aplicar medidas de proteção à criança e ao adolescente, decorrentes da lei, será efetivada em nome da sociedade para que cesse a ameaça ou violação dos direitos da criança e adolescente.

Art. 25. O Conselho Tutelar exercerá exclusivamente as atribuições previstas na Lei nº 8.069, de 1990, não podendo ser criadas novas atribuições por ato de quaisquer outras autoridades do Poder Judiciário, Ministério Público, do Poder Legislativo ou do Poder Executivo municipal, estadual ou do Distrito Federal.

Art. 26. A atuação do Conselho Tutelar deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e dos adolescentes, ressalvadas as disposições previstas na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parágrafo único. O caráter resolutivo da intervenção do Conselho Tutelar não impede que o Poder Judiciário seja informado das providências tomadas ou acionado, sempre que necessário.

Art. 27. As decisões colegiadas do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata.

§ 1º Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado requerer ao Poder Judiciário sua revisão, na forma prevista pelo art. 137, da Lei nº 8.069, de 1990.

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática do crime previsto no art. 236 e da prática da infração administrativa prevista no art. 249, ambos da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 28. É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas ao órgão ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade no processo democrático a que alude o Capítulo II desta Resolução, sendo nulos os atos por elas praticados.

Art. 29. O Conselho Tutelar articulará ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias.

§1º. Articulação similar será também efetuada junto às Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Judiciário e Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente, de modo que seu acionamento seja efetuado com o máximo de urgência, sempre que necessário.

§ 2º Caberá ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, promover, em reuniões periódicas com a rede de proteção, espaços intersetoriais locais para a articulação de ações e a elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência, com participação de profissionais de saúde, de assistência social de educação e de órgãos de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente, nos termos do art. 136, incisos XII, XIII e XIV da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 30. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina ao Conselho Municipal ou do Distrito Federal de Direitos da Criança e do Adolescente, com o qual deve manter uma relação de parceria, essencial ao trabalho conjunto dessas duas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 1º Na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, deverá o órgão noticiar às autoridades responsáveis para apuração da conduta do agente violador para conhecimento e adoção das medidas cabíveis.

§ 2º Os Conselhos Estadual, Municipal e do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente também serão comunicados na hipótese de atentado à autonomia do Conselho Tutelar, para acompanhar a apuração dos fatos.

Art. 31. O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal.

CAPÍTULO V

DOS PRINCÍPIOS E CAUTELAS A SEREM OBSERVADOS NO ATENDIMENTO PELO CONSELHO TUTELAR

Art. 32. No exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar deverá observar as normas e princípios contidos na Constituição, na Lei nº 8.069, de 1990, na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990, bem como nas Resoluções do CONANDA, especialmente:

- I - condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
- II - proteção integral e prioritária dos direitos da criança e do adolescente;
- III - responsabilidade da família, da comunidade da sociedade em geral, e do Poder Público pela plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e adolescentes;
- IV - municipalização da política de atendimento a crianças e adolescentes;
- V - respeito à intimidade, à imagem da criança e do adolescente;
- VI - intervenção precoce, logo que a situação de perigo seja conhecida;
- VII - intervenção mínima das autoridades e instituições na promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente;
- VIII - proporcionalidade e atualidade da intervenção tutelar;

IX - intervenção tutelar que incentive a responsabilidade parental com a criança e ao adolescente;

X - prevalência das medidas que mantenham ou reintegrem a criança e ao adolescente na sua família natural ou extensa ou, se isto não for possível, em família substituta;

XI - obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, respeitada sua idade e capacidade de compreensão, assim como aos seus pais ou responsável, acerca dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como se processa; e

XII - oitiva obrigatória e participação da criança e ao adolescente, em separado ou na companhia dos pais, responsável ou de pessoa por si indicada, nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, de modo que sua opinião seja devidamente considerada pelo Conselho Tutelar.

Art. 33. No caso de atendimento de crianças e adolescentes de comunidades remanescentes de quilombo e outras comunidades tradicionais, o Conselho Tutelar deverá:

I - submeter o caso à análise de organizações sociais reconhecidas por essas comunidades, bem como os representantes de órgãos públicos especializados, quando couber; e

II - considerar e respeitar, na aplicação das medidas de proteção, a identidade sociocultural, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição e pela Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 34. No exercício da atribuição prevista no art. 95 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, constatando a existência de irregularidade na entidade fiscalizada ou no programa de atendimento executado, o Conselho Tutelar comunicará o fato ao Conselho Municipal ou Do Distrito Federal de Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público, na forma do art. 191 da mesma lei.

Parágrafo único. Para o cumprimento do previsto no caput deste artigo o Conselho Tutelar deve apresentar plano de fiscalização, promover visitas, com periodicidade semestral mínima, às entidades de atendimento referidas no artigo 90 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, comunicando ao Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente além do registro no SIPIA.

Art. 35. Para o exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública;

III - nas entidades de atendimento nas quais se encontrem crianças e adolescentes; e

IV - em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Sempre que necessário o integrante do Conselho Tutelar poderá requisitar o auxílio dos órgãos locais de segurança pública, observados os princípios constitucionais da proteção integral e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Art. 36. Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou adolescente atendido pelo Conselho Tutelar.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar deverá abster de pronunciar publicamente acerca dos casos atendidos pelo órgão em qualquer meio de comunicação.

§ 2º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar.

§ 3º A responsabilidade pelo uso e divulgação indevidos de informações referentes ao atendimento de crianças e adolescentes se estende aos funcionários e auxiliares à disposição do Conselho Tutelar.

Art. 37. As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal ou do Distrito Federal serão cumpridas de forma gratuita e prioritária, respeitando-se os princípios da razoabilidade e legalidade.

CAPÍTULO VI

DA FUNÇÃO, QUALIFICAÇÃO E DIREITOS DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 38. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 39. A função de Conselheiro Tutelar será remunerada, de acordo com o disposto em legislação local.

Parágrafo único. A remuneração deve ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, e sua revisão far-se-á na forma estabelecida pela legislação local.

CAPÍTULO VII

OS DEVERES E VEDAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

Art. 40. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal ou do Distrito Federal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

- I - manter conduta pública e particular ilibada;
 - II - zelar pelo prestígio da instituição;
 - III - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;
 - IV - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e exercício das demais atribuições;
 - V - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o Regimento Interno;
 - VI - desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;
 - VII - declarar-se suspeitos ou impedidos, nos termos desta Resolução;
 - VIII - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;
 - IX - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos demais integrantes de órgãos de defesa dos direitos da criança e de adolescente;
 - X - residir no Município;
 - XI - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;
 - XII - identificar-se em suas manifestações funcionais; e
 - XIII - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.
- Parágrafo único. Em qualquer caso, a atuação do membro do Conselho Tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cabendo-lhe, com o apoio do colegiado, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhes é devida.

Art. 41. Cabe à legislação local definir as condutas vedadas aos membros do Conselho Tutelar, bem como as sanções a elas cominadas, conforme preconiza a legislação local que rege os demais servidores.

Parágrafo, único. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação local, é vedado aos membros do Conselho Tutelar:

- I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;
- II - exercer atividade no horário fixado na lei municipal ou do Distrito Federal para o funcionamento do Conselho Tutelar;
- III - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;
- IV - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;
- V - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;
- VI - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;
- VII - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- VIII - receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- IX - proceder de forma desidiosa;
- X - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;
- XI - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas, nos termos previstos na Lei nº 13.869 de 2019 e legislação vigente;
- XII - deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes a aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990; e
- XIII - descumprir os deveres funcionais mencionados no art.38 desta Resolução e na legislação local relativa ao Conselho Tutelar.

Art. 42. O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de analisar o caso quando:

- I - a situação, atendida, envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
- III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;
- IV - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao Colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses desse artigo.

CAPÍTULO VIII

DO PROCESSO DE CASSAÇÃO E VACÂNCIA DO MANDATO

Art. 43. Dentre outras causas estabelecidas na legislação municipal ou do Distrito Federal, a vacância da função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada;
- III - aplicação de sanção administrativa de destituição da função;
- IV - falecimento; ou

V - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou em ação cível com reconhecimento judicial de inidoneidade ou, ainda, por ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso não implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar, mas apenas o afastamento durante o período previsto pela legislação eleitoral, assegurada a percepção de remuneração e a convocação do respectivo suplente.

Art. 44. Constituem penalidades administrativas passíveis de serem aplicadas aos membros do Conselho Tutelar, dentre outras a serem previstas na legislação local:

- I - advertência;
- II - suspensão do exercício da função; e
- III - destituição do mandato.

Art. 45. Na aplicação das penalidades administrativas, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas no Código Penal.

Art. 46. As penalidades de suspensão do exercício da função e de destituição do mandato poderão ser aplicadas ao Conselheiro Tutelar nos casos de descumprimento de suas atribuições, prática de crimes que comprometam sua idoneidade moral ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

Parágrafo único. De acordo com a gravidade da conduta ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar, poderá ser determinado o afastamento liminar do Conselheiro Tutelar até a conclusão da investigação.

Art. 47. Cabe à legislação local estabelecer o regime disciplinar aplicável aos membros do Conselho Tutelar.

§ 1º Aplica-se aos membros do Conselho Tutelar, no que couber, o regime jurídico e disciplinar correlato ao funcionalismo público municipal ou do Distrito Federal, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º As situações de afastamento ou cassação de mandato de Conselheiro Tutelar deverão ser precedidas de sindicância e processo administrativo, assegurando-se a imparcialidade dos responsáveis pela apuração, e o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§ 3º Na omissão da legislação específica relativa ao Conselho Tutelar, a apuração das infrações éticas e disciplinares de seus integrantes utilizará como parâmetro o disposto na legislação local aplicável aos demais servidores públicos.

§ 4º O processo administrativo para apuração das infrações éticas e disciplinares cometidas por membros do Conselho Tutelar deverá ser realizado por membros do serviço público municipal ou do Distrito Federal.

Art. 48. Havendo indícios da prática de crime por parte do Conselheiro Tutelar, o Conselho Municipal ou do Distrito Federal da Criança e do Adolescente ou o órgão responsável pela apuração da infração administrativa comunicará o fato ao Ministério Público para adoção das medidas legais.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49. Os Conselhos Municipais ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com apoio dos Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e do CONANDA, deverão estabelecer, em conjunto com o Conselho Tutelar, uma política de qualificação profissional permanente dos seus membros, visando à melhoria da atuação e da credibilidade inerentes ao órgão.

§ 1º. A política referida no caput compreende o estímulo e o fornecimento dos meios necessários para adequada formação e atualização funcional dos membros dos Conselhos e seus suplentes, o que inclui, dentre outros, a disponibilização de material informativo, realização de encontros com profissionais que atuam na área da infância e juventude e patrocínio de cursos e palestras sobre o tema e formação de escolas de conselhos pelos Estados e Distrito Federal.

§ 2º A formação de Conselheiros Tutelares poderá ainda se realizar por meio dos cursos de Atuação dos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares e sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, disponíveis na Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - ENDICA.

Art. 50. Qualquer cidadão, o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente são parte legítima para requerer aos Poderes Executivo e Legislativo, assim como ao Tribunal de Contas competente e ao Ministério Público, a apuração do descumprimento das normas de garantia dos direitos das crianças e adolescentes, especialmente as contidas na Lei nº 8.069, de 1990 e nesta Resolução, bem como requerer a implementação desses atos normativos por meio de medidas administrativas e judiciais.

Art. 51. As deliberações do CONANDA, no seu âmbito de competência para elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, são vinculantes e obrigatórias para a Administração Pública, respeitando-se os princípios constitucionais da prevenção, prioridade absoluta, razoabilidade e legalidade.

Art. 52. Os Conselhos Municipais ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com os Conselhos Tutelares, deverão promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 53. Para a criação, composição e funcionamento do Conselho Tutelar deverão ser observadas as diversidades étnicas culturais do país, considerando as demandas das comunidades remanescentes de quilombo e outras comunidades tradicionais.

Art. 54. Esta Resolução entra em vigor na semana após a data de sua publicação.

Art. 55. Fica revogada a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014, do CONANDA.

DIEGO BEZERRA ALVES

Presidente do Conselho

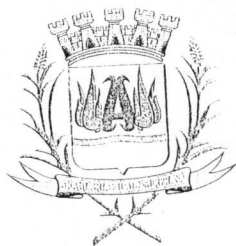
Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Assinado digitalmente por PAULO APOSTOLO DA SILVA, Data: 08/03/23 09:14

Código: 42d07612-0428-4191-a663-a328cfc43bcb





Alterada pela Lei 4.197/05.

1

Prefeitura Municipal de Araguari
Gabinete do Prefeito

LEI N.º 2.923 (CONSOLIDADA)

(Com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 2.973, de 04.10.94, 3.205, de 05.06.97, 3.235, de 02.10.97, 3.535, de 08.12.00, 3.600, de 18.06.01 e 3.845, de 13.03.03)

“Contém novas normas sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em substituição às constantes da Lei n.º 2.863, de 24.08.93.”

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, das normas gerais para sua adequada aplicação e da estrutura de atendimento.

Art. 2º - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no Município de Araguari será feito através das políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 3º - Aos que dela necessitarem será prestada a assistência social em caráter supletivo, por entidades governamentais e não-governamentais.

§ 1º - É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas do Município sem a prévia aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - As entidades governamentais e não governamentais sediadas neste Município deverão submeter os respectivos programas ao Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação desta Lei.

§ 3º - O descumprimento ao disposto no § 2º deste artigo implicará na incursão da entidade nas sanções dos Arts. 191 e 193 da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 4º - O Município propiciará a proteção jurídica social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

§ 5º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e o funcionamento dos serviços que venham a ser criados para a proteção e defesa da criança e do adolescente.

Art. 4º - As crianças e adolescentes vítimas de maus tratos, negligências, exploração, abuso, maldade e opressão, será prestado atendimento médico e psicossocial, através de um centro especial a ser implementado pelo Poder Executivo.





Prefeitura Municipal de Araguari
Gabinete do Prefeito

2

Parágrafo único – O executivo implementará ainda serviços de prevenção e atendimento médico, de identificação e localização de pessoas desaparecidas, de aprendizagem profissionalizante infantil, de formação e encaminhamento profissional, de creches e demais de natureza e alcance análogos.

TÍTULO II

DA POLÍTICA E ESTRUTURA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 5º - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida através dos seguintes órgãos e fontes:

- I – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III – Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

Das Normas e Natureza do Conselho

Art. 6º - Fica normatizado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado no Art. 6º, inciso III, da Lei Municipal n.º 2.625, de 28 de novembro de 1990, como órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis.

Seção II

Da Competência do Conselho

Art. 7º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I – formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e aplicação de recursos;
- II – zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;
- III – formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo o que se refira ou esteja afeto às condições de vida das crianças e adolescentes;



Prefeitura Municipal de Araguari
Gabinete do Prefeito

IV – estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município, que possa afetar as suas deliberações;

V – registrar as entidades não-governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fazendo cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n.º 8.069) e que mantenham programas de:

- a) orientação e apoio sócio-familiar;
- b) apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) colocação sócio-familiar;
- d) abrigo;
- e) liberdade assistida;
- f) semiliberdade;
- g) internação;

VI – registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais e não-governamentais que operem no Município;

VII – regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a escolha e a posse dos membros dos Conselhos Tutelares do Município, sob a fiscalização do Ministério Público; (Inciso alterado pela Lei nº 3.845, de 13.03.03)

VIII – dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda do mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei;

IX – fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com vistas às disposições legais;

X – elaborar o regimento interno dos Conselhos Tutelares do Município. (Inciso acrescentado pela Lei nº 3.845, de 13.03.03)

Seção III

Dos Membros do Conselho

Art. 8º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de quatorze membros, sendo:

I – sete membros titulares e sete suplentes representando os poderes municipais, indicados pelo Prefeito; (Inciso alterado pela Lei nº 3.845, de 13.03.03)

- a) revogada pela Lei nº 3.845, de 13.03.03;
- b) revogada pela Lei nº 3.845, de 13.03.03;
- c) revogada pela Lei nº 3.845, de 13.03.03;
- d) revogada pela Lei nº 3.845, de 13.03.03;
- e) revogada pela Lei nº 3.845, de 13.03.03;
- f) revogada pela Lei nº 3.845, de 13.03.03;
- g) revogada pela Lei nº 3.845, de 13.03.03;

II – sete membros titulares e sete suplentes, representando a sociedade, indicados na ordem de votação, nomeados e empossados pelo Executivo, eleitos por instituições filiadas e registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Inciso alterado pela Lei nº 3.845 de 13.03.03)

§ 1º - A função de membros do Conselho Municipal é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.



Prefeitura Municipal de Araguari
Gabinete do Prefeito

4

§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ter uma Secretaria Executiva, composta de funcionários públicos municipais cedidos pelo Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO III

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 9º - Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no qual serão registrados os valores e recursos a serem utilizados no cumprimento desta Lei, obedecida a política deliberada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Comporão os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I – os recursos orçamentários do Município;
- II – os recursos transferidos ao Município, nos termos do parágrafo único do Art. 261, da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990;
- III – os recursos captados pelo Município através de quaisquer convênios, doações diretas, contribuições de terceiros e outras receitas;
- IV – os recursos provenientes das multas originárias da aplicação do Art. 214, da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 2º - Todos os recursos destinados ao Fundo deverão ser contabilizados como Receita Orçamentária Municipal e a ele alocados através de dotações consignadas na Lei Orçamentária, ou de créditos adicionais, obedecendo a sua aplicação às normas gerais de Direito Financeiro.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

Da criação e natureza do Conselho

Art. 10 – Fica criado o Conselho Tutelar de Araguari, órgão permanente e autônomo, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que contém o Estatuto da Criança e do Adolescente. (Artigo alterado pela Lei nº 3.205, de 05.06.97).

Parágrafo único – O Conselho Tutelar de Araguari funcionará nos dias úteis, no horário de 8:00 horas às 18:00 horas, mantendo plantões fora deste horário, inclusive aos sábados, domingos e feriados, cujas formas de atendimento e escalas serão definidos no regimento interno do Órgão. (Parágrafo único acrescentado pela Lei nº 3.205, de 05.06.97 e alterado pela Lei nº 3.845, de 13.03.03).



Prefeitura Municipal de Araguari
Gabinete do Prefeito

5

Seção II

Dos membros e da competência do Conselho

Art. 11 – O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros com mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução para mais um único mandato.

Art. 12 – Haverá suplentes para os conselheiros tutelares, a serem convocados, nas hipóteses legais, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Artigo alterado pela Lei nº 3.535, de 08.12.00)

Art. 13 – Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Seção III

Da escolha dos Conselheiros

Art. 14 – São requisitos para o exercício das funções de conselheiro tutelar: (“Caput” do Artigo alterado pela Lei nº 2.973, de 04.10.94 e Lei nº 3.205, de 05.06.97)

I – reconhecida idoneidade moral, provada através dos meios hábeis, inclusive por Certidão Negativa de Antecedentes Criminais; (Inciso alterado pela Lei nº 2.973, de 04.10.94 e Lei nº 3.205, de 05.06.97)

II – idade superior a vinte e um (21) anos ao ensejo da posse; (Inciso alterado pela Lei nº 2.973, de 04.10.94, Lei nº 3.205, de 05.06.97 e Lei nº 3.535, de 08.12.00)

III – residência no Município; (Inciso alterado pela Lei nº 2.973, de 04.10.94, Lei nº 3.205, de 05.06.97 e Lei nº 3.535, de 08.12.00)

IV – convívio e experiência mínimos de dois (2) anos, no trato de interesses sociais e/ou educativos da criança e do adolescente; (Inciso alterado pela Lei nº 2.973, de 04.10.94 e Lei nº 3.205, de 05.06.97)

V – escolaridade universitária com formação em ciências humanas ou esteja fazendo curso na referida área. (Inciso alterado pela Lei nº 2.973, de 04.10.94, Lei nº 3.205, de 05.06.97, Lei nº 3.235, de 02.10.97, Lei nº 3.535, de 08.12.00 e Lei nº 3.845, de 13.03.03)

Parágrafo único – Para a ocupação das suplências dos conselheiros são exigidos dos candidatos os mesmos requisitos constantes deste artigo. (Parágrafo único inserido pela Lei nº 3.535, de 08.12.00)

Art. 15 – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente definirá e regulamentará, por resolução, a forma e processamento de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observadas as seguintes disposições: (“caput” do Artigo alterado pela Lei nº 2.973, de 04.10.94 e Lei nº 3.205, de 05.06.97)

I – terão direito a voto individual no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar as instituições que mantenham programa de atendimento ao menor e ao adolescente, integral ou parcialmente, como também, as instituições de caráter exclusivamente educacional, de ensino fundamental e médio para crianças e adolescentes, ressalvadas quanto às



Prefeitura Municipal de Araguari
Gabinete do Prefeito

últimas, as disposições do inciso II subsequente; (Inciso incluído pela Lei 3.205, de 05.06.97 e alterado pela Lei nº 3.535, de 08.12.00)

II – o Poder Executivo Municipal terá dois votos, cabendo um ao Gabinete do Prefeito e outro à Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, tendo esta última o voto de qualidade; a Câmara Municipal terá dois votos, cabendo um ao Presidente e outro a Vereador indicado pelo Plenário, enquanto o conjunto das instituições de educação referidas no inciso anterior terá oito votos, a serem exercidos por representantes desse conjunto, escolhidos e credenciados pelo mesmo; (Inciso incluído pela Lei nº 3.205, de 05.06.97 e alterado pela Lei nº 3.535, de 08.12.00)

III – o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Municipal de Assistência Social terão direito a um voto, cada qual; (Inciso incluído pela Lei nº 3.205, de 05.06.97)

IV – a inscrição de candidatos poderá ser por candidatura individual ou chapas coletivas, segundo opção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, expressa na resolução prevista no “caput”. (Inciso incluído pela Lei nº 3.205, de 05.06.97 e alterado pela Lei nº 3.535, de 08.12.00)

§ 1º - As entidades de classe, os clubes de serviços e outras associações sem fins lucrativos, indicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, procederão à escolha dos membros do Conselho Tutelar, em número de 05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes. (Parágrafo alterado pela Lei nº 2.973, de 04.10.94)

§ 2º - Não será permitida a acumulação do cargo de conselheiro com cargo ou função públicos.

Art. 16 – O Processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, respeitadas as disposições desta Lei, será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público. (Artigo alterado pela Lei nº 2.973, de 04.10.94)

Seção IV

Do exercício, da função e da remuneração dos Conselheiros

Art. 17 – Fica instituído o regime jurídico da função pública de conselheiro tutelar do Município de Araguari, sendo-lhe aplicado naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei ou incompatível com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e da legislação correlata, quanto às vantagens, deveres e proibições dos ocupantes de cargos comissionados. (Artigo alterado pela Lei nº 3.205, de 05.06.97 e Lei nº 3.845, de 13.03.03)

Parágrafo único – O exercício da função aqui referida não implicará em vínculo empregatício com o Município. (Parágrafo único acrescentado pela Lei nº 3.205, de 05.06.97)

Art. 18 – A Fazenda Municipal pagará remuneração mensal de R\$600,00 (seiscentos reais) para o conselheiro eleito, empossado e em efetivo exercício, deduzido do valor a contribuição previdenciária concernente que doravante lhe será descontada para recolhimento.



Prefeitura Municipal de Araguari
Gabinete do Prefeito

7

(Artigo alterado pela Lei nº 3.205, de 05.06.97, Lei nº 3.235, de 02.10.97, Lei nº 3.600, de 18.06.01 e Lei nº 3.845, de 13.03.03)

§ 1º – A retribuição pecuniária será paga apenas pelo exercício efetivo da função, atestado sempre pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, excluído da mesma o suplente, enquanto não convocado, empossado e em efetivo exercício funcional. (Parágrafo acrescido pela Lei nº 3.205, de 05.06.97, alterado pela Lei nº 3.235, de 02.10.97 e renumerado pela Lei nº 3.845, de 13.03.03)

§ 2º – A remuneração mensal aludida no “caput” deste artigo será reajustada no mesmo percentual do aumento salarial que vier a ser concedido aos servidores municipais. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 3.845, de 13.03.03)

Seção V

Da perda do mandato e dos impedimentos dos Conselheiros

Art. 19 – Perderá o mandato o conselheiro que violar princípios do regimento interno ou for condenado por sentença irrecorrível, pela prática de crime ou contravenção.

Parágrafo único – Verificada a hipótese prevista neste artigo, o Conselho dos Direitos declarará vago o posto de conselheiro, dando imediata posse ao correlato suplente. (Parágrafo único alterado pela Lei nº 3.205, de 05.06.97)

Art. 20 – São impedidos de servir ao mesmo Conselho marido mulher, ascendente e descendente, sogro e genro, ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

Parágrafo único – Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, ou em foro ou distrito com atribuições locais.

TÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21 – No prazo máximo de 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei, por convocação do Chefe do Poder Executivo Municipal, os órgãos e organizações a que se refere o Art. 8º se reunirão para elaborar o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocasião em que elegerão seu primeiro presidente.

Art. 22 – O Fundo Municipal será gerido pelo ordenador de despesa da Prefeitura Municipal de Araguari em consonância com as normas legais de utilização de recurso público mediante as prioridades elencadas pelo Conselho Municipal.

Art. 23 – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no atual orçamento do Município, para acorrer às despesas iniciais decorrentes do cumprimento desta Lei no valor de até CR\$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros reais).



Prefeitura Municipal de Araguari
Gabinete do Prefeito

Art. 24 – O Executivo Municipal incluirá anualmente no orçamento recursos destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 25 – Visando adequar e viabilizar a execução desta Lei, o Poder Executivo poderá firmar convênios com os Governos Federal e Estadual e entidades privadas, conforme a Lei Orgânica do Município.

Art. 26 – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, a ocorrer mediante a sua afixação no quadro de avisos da Prefeitura local.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 30 de dezembro de 2003.


Marcos Antônio Alvim
Prefeito


Carmen Valente Oliveira Cunha Alvim
Secretária do Trabalho e Ação Social

Ao Senhor Secretário de Administração. Solicito-lhe publicar este(a) Lei mediante afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal. LOMA Art. 109.
Em 30 / Dezembro / 2003

Secretário de Governo

CERTIDÃO: Certifico que, nesta data, publiquei o (a) presente Lei, mediante a sua afixação no quadro de avisos desta Prefeitura, onde o(a) mesmo(a) permanecerá exposto(a).
Em 30 / Dezembro / 2003

Secretário de Administração



LEI Nº 5941, DE 5 DE OUTUBRO DE 2017

"Dá nova redação ao art. 8º, seus incisos I e II, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que "Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dando outras providências", modificada que foi pelas Leis de nºs 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005, 5.058, de 8 de novembro de 2012, 5.124, de 4 de março de 2013, 5.130, de 15 de março de 2013, 5.529, de 9 de abril de 2015, e 5.715, de 23 de março de 2016."

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 8º, seus incisos I e II, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que "Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dando outras providências", modificada que foi pelas Leis de nºs 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005, 5.058, de 8 de novembro de 2012, 5.124, de 4 de março de 2013, 5.130, de 15 de março de 2013, 5.529, de 9 de abril de 2015, e 5.715, de 23 de março de 2016, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 8º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto por dezesseis membros, sendo:

I - oito membros titulares e oito suplentes representando os poderes municipais, indicados pelo Prefeito;

II - oito membros titulares e oito suplentes, representando a sociedade civil, indicados na ordem de votação, nomeados e empossados pelo Chefe do Executivo, eleitos por instituições filiadas e registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

..."

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data da sua

publicação, permanecendo em vigência os demais dispositivos das Leis de nºs 2.923, de 18 de janeiro de 1994, 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005, 5.058, de 8 de novembro de 2012, 5.124, de 4 de março de 2013, 5.130, de 15 de março de 2013, 5.529, de 9 de abril de 2015, e 5.715, de 23 de março de 2016, desde que não modificados por esta Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 5 de outubro de 2017.

Marcos Coelho de Carvalho
Prefeito

Eunice Maria Mendes
Secretária do Trabalho e Ação Social

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 09/10/2017

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.

LEI Nº 5130, DE 15 DE MARÇO DE 2013.

FIXA O VENCIMENTO BÁSICO MENSAL DO OCUPANTE DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR E MODIFICA O VALOR DA GRATIFICAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS DURANTE O PLANTÃO QUANDO EM EFETIVO EXERCÍCIO DO CARGO, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O caput do art. 18 da Lei nº 2.923, de 18 janeiro de 1994, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.973, de 4 de outubro de 1994, Lei nº 3.205, de 5 de junho de 1997, Lei nº 3.535, de 8 de dezembro de 2000, Lei nº 3.600, de 18 de junho de 2001, Lei nº 3.845, de 13 de março de 2003, Lei nº 4.197, de 25 de novembro de 2005 e Lei nº 5.058, de 8 de novembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18. A Fazenda Pública Municipal pagará vencimento básico mensal de R\$ 705,37 (setecentos e cinco reais e trinta e sete centavos) para o Conselheiro Tutelar eleito, empossado e em efetivo exercício da função, deduzido o valor da contribuição previdenciária devida."

Art. 2º O § 3º do art. 18 da Lei nº 2.923, de 18 janeiro de 1994, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.973, de 4 de outubro de 1994, Lei nº 3.205, de 5 de junho de 1997, Lei nº 3.535, de 8 de dezembro de 2000, Lei nº 3.600, de 18 de junho de 2001, Lei nº 3.845, de 13 de março de 2003, Lei nº 4.197, de 25 de novembro de 2005 e Lei nº 5.058, de 8 de novembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 ...

...

§ 3º Pela prestação de serviços durante os plantões o Conselheiro Tutelar eleito, empossado e em efetivo exercício, terá direito à gratificação no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), reajustáveis sempre na mesma data e sem distinção de índices dos demais servidores públicos municipais, sendo aplicadas ao valor da gratificação todas as disposições contidas na Lei nº 4.779, de 20 de maio de 2011."

Art. 3º O valor do vencimento mensal do Conselheiro Tutelar fixado na forma desta Lei, tem por referência os índices de reposição de perdas inflacionárias, até então aplicados aos servidores públicos municipais, nos termos da Lei nº 4.779, de 20 de maio de 2011.

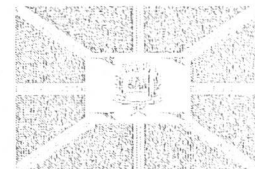
Art. 4º Correrão à conta das dotações próprias do orçamento municipal os gastos com a execução desta Lei.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, mantidos inalterados os demais dispositivos não expressamente modificados por esta Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 15 de março de 2013.



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 5.529, de 9 de abril de 2015.

“Acrescenta o § 4º, ao art. 11, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dando outras providências”, modificada que foi pelas Leis de nºs 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005, 5.058, de 8 de novembro de 2012, 5.124, de 4 de março de 2013 e 5.130, de 15 de março de 2013, dando outras providências.”

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescentado o § 4º, ao art. 11, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dando outras providências”, modificada que foi pelas Leis de nºs 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005, 5.058, de 8 de novembro de 2012, 5.124, de 4 de março de 2013 e 5.130, de 15 de março de 2013, com esta redação:

“Art. 11 – ...

...


§ 4º O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.”

Art. 2º A Lei Orçamentária anual deverá estabelecer, preferencialmente, dotação específica para implantação, manutenção, funcionamento do Conselho Tutelar, bem como para o processo de escolha dos conselheiros tutelares, custeio com remuneração, formação continuada e execução de suas atividades.

Art. 3º No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigência os demais dispositivos das Leis de nºs 2.923, de 18 de janeiro de 1994, 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005, 5.058, de 8 de novembro de 2012, 5.124, de 4 de março de 2013 e 5.130, de 15 de março de 2013, desde que não modificados por esta Lei.

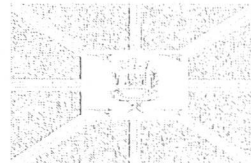
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 9 de abril de 2015.


Raul José de Belém
Prefeito


Mirna Mares Machado Valente
Secretária do Trabalho e Ação Social



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 5.715, de 23 de março de 2016.

“Modifica o valor do vencimento e da gratificação do cargo de Conselheiro Tutelar, pelos serviços prestados durante o plantão quando do efetivo exercício, dando outras providências.”

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O *caput* do art. 18 da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, com as alterações trazidas pelas Leis nº 2.973, de 4 de outubro de 1994, nº 3.205, de 5 de junho de 1997, nº 3.535, de 8 de dezembro de 2000, nº 3.600, de 18 de junho de 2001, nº 3.845, de 13 de março de 2003, nº 4.197, de 25 de novembro de 2005, nº 5.058, de 8 de novembro de 2012, e nº 5.130, de 15 de março de 2013, passa a ter esta redação:

“Art. 18. A Fazenda Pública Municipal pagará vencimento básico mensal de R\$ 1.187,41 (mil cento e oitenta e sete reais e quarenta e um centavos) para o Conselheiro Tutelar eleito, empossado e em efetivo exercício da função, deduzido o valor da contribuição previdenciária devida.

...”

Art. 2º O § 3º do art. 18 da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, com as alterações trazidas pelas Leis nº 2.973, de 4 de outubro de 1994, nº 3.205, de 5 de junho de 1997, nº 3.535, de 8 de dezembro de 2000, nº 3.600, de 18 de junho de 2001, nº 3.845, de 13 de março de 2003, nº 4.197, de 25 de novembro de 2005, nº 5.058, de 8 de novembro de 2012, e nº 5.130, de 15 de março de 2013, passa a ter esta redação:

“Art. 18. ...

...”

§ 3º Pela prestação de serviços durante os plantões o Conselheiro Tutelar eleito, empossado e em efetivo exercício, terá direito à gratificação no valor de R\$ 902,00 (novecentos e dois reais), sujeita a revisão geral, sempre na mesma data e sem distinção de índices dos demais servidores públicos municipais.”

Art. 3º Aplicam-se ao vencimento e a gratificação de que tratam o *caput* e o § 3º do art. 18, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, as leis específicas que definirem o percentual de reajuste que será aplicado aos salários e vencimentos dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta, ativos, inativos e pensionistas, nos termos das disposições contidas na Lei nº 4.779, de 20 de maio de 2011.

Art. 4º Correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Municipal, os gastos com a execução desta Lei.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 23 de março de 2016.

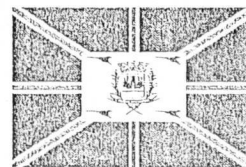

Raul José de Belém
Prefeito


Braulino Borges Vieira
Secretário de Administração


Mirna Mares Machado Valente
Secretária do Trabalho e Ação Social



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 5.058, de 8 de novembro de 2012.

“Introduz alterações na Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dando outras providências”, modificada que foi pelas Leis de nºs 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003 e 4.197, de 25 de novembro de 2005.”

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam introduzidas alterações na Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dando outras providências”, modificada que foi pelas Leis de nºs 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003 e 4.197, de 25 de novembro de 2005, relativamente aos artigos 7º, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19 e 20, conforme consta dos parágrafos a seguir enunciados.

§ 1º - Fica revogado o inciso X do art. 7º.

§ 2º - Ficam acrescentados ao art. 10 os §§ 2º e 3º, renumerando-se o seu parágrafo único para § 1º, da seguinte forma:

“Art. 10 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Todos os membros do Conselho Tutelar de Araguari serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

§ 3º - O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, distritos municipais e zona rural, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho Tutelar de Araguari.”

§ 3º - O art. 11 passa a ter nova redação, acrescendo-lhe os §§ 1º, 2º e 3º, conforme segue:

“Art. 11 – O Conselho Tutelar de Araguari será composto de 5 (cinco) membros e os candidatos mais votados serão nomeados conselheiros tutelares titulares e os demais serão considerados suplentes, pela ordem decrescente de votação.

§ 1º - Fica prorrogado até 31 de março de 2013, o mandato dos atuais membros do Conselho Tutelar para que se realize o processo seletivo e a escolha por sufrágio universal e direto dos novos membros do mencionado Conselho, de modo a evitar que o referido órgão fique acéfalo.

§ 2º - Considerando o disposto na Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, a partir de 1º de janeiro de 2016, o mandato dos conselheiros tutelares será de 4 (quatro) anos, devendo ser realizada eleição nos termos da mencionada Lei Federal, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

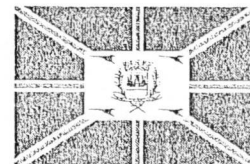
§ 3º - Até que sejam implementadas as regras da Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, o mandato dos membros do Conselho Tutelar a serem eleitos conforme o disposto nesta Lei será pelo período de 1º de abril de 2013 até 31 de dezembro de 2015, permitida uma única recondução, mediante novo processo de escolha, nos termos da mencionada Lei Federal.”

§ 4º - O art. 12 passa a ter nova redação, ficando acrescentados ao mesmo os §§ 1º e 2º, conforme segue:

“Art. 12 – O processo de escolha para o Conselho Tutelar de Araguari ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados.



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



§ 1º - Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá prorrogar o prazo de inscrição de novas candidaturas por igual período, uma única vez, para que não haja prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

§ 2º - Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.”

segue:

§ 5º - O art. 13 passa a ter nova redação, ficando acrescentados ao mesmo os §§ 1º e 2º, conforme

“Art. 13 – Observados os parâmetros e normas definidas pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, pela Resolução Conanda nº 139, de 17 de março de 2010, pela Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994 e suas alterações, compete ao Conselho Tutelar de Araguari a elaboração e aprovação do seu regimento interno.

§ 1º - A proposta do regimento interno deverá ser encaminhada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de proposta de alteração.

§ 2º - Uma vez aprovado, o regimento interno do Conselho Tutelar de Araguari será publicado, afixado em local visível na sede do órgão e encaminhada cópia ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.”

§ 6º - O *caput* e os incisos IV e V do art. 14 recebem novas redações, ficando ainda acrescentados o inciso VI ao mesmo *caput* e o § 2º, renumerando-se o parágrafo único para § 1º, conforme segue:

“Art. 14 – Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar de Araguari serão exigidos os critérios do art. 133, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, além dos seguintes requisitos:

...

IV – experiência comprovada mínima de 1 (um) ano na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

V – comprovação de conclusão do ensino superior;

VI – formação específica sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - ...

§ 2º - O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que queira concorrer na eleição para a escolha dos conselheiros tutelares terá que se desincompatibilizar afastando-se das suas funções no prazo de até 3 (três) meses antes do pleito, a contar a partir da publicação do respectivo edital.”

§ 7º - Ficam revogados os incisos I, II, III e o § 1º, todos do art. 15, bem como alterada a redação do seu inciso IV e acrescentado o inciso V, dando ainda nova redação ao § 2º, conforme segue:

“Art. 15 - ...

...

IV – a eleição será mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Araguari, em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – candidatura individual, não sendo admitida a composição por chapas.

...

§ 2º - A função de membro do Conselho Tutelar de Araguari exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.”

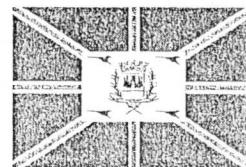
§ 8º - O art. 17 passa a vigorar acrescido do § 2º, renumerando-se o parágrafo único para § 1º, conforme segue:

“Art. 17 - ...

§ 1º - ...



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



§ 2º - O exercício da autonomia do Conselho Tutelar de Araguari não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado, conforme previsão legal.”

§ 9º - O *caput* do art. 19 passa a ter nova redação, conforme segue:

“Art. 19 – Perderá o mandato o conselheiro que violar princípios do regimento interno ou for condenado por sentença irrecorrível, pela prática de crime ou contravenção, ou ainda se infringir dispositivos desta Lei.
...”

§ 10 – O *caput* do art. 20 passa a ter nova redação, ficando acrescentados ao mesmo os §§ 2º, 3º, 4º e 5º, renumerando-se o parágrafo único para § 1º, conforme segue:

“Art. 20 – São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§ 1º - ...

§ 2º - Ocorrendo vaga ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar de Araguari, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente convocará o suplente para o preenchimento da vaga.

§ 3º - Os conselheiros tutelares suplentes serão convocados de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional aos dias que atuarem no órgão, bem como não haverá prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 4º - No caso da inexistência de suplentes, caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.

§ 5º - A homologação da candidatura de membros do Conselho Tutelar de Araguari a cargos eletivos deverá implicar a perda de mandato por incompatibilidade com o exercício da função, a ser prevista na legislação local.”

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

2012.

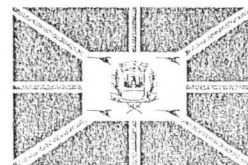
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 8 de novembro de

Marcos Coelho de Carvalho
Prefeito


Virginia Alcântara
Secretária do Trabalho e Ação Social



PREFEITURA DE ARAGUARI GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 5.124, de 4 de março de 2013.

“Dá nova redação ao § 1º, do art. 11, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dando outras providências”, modificada que foi pelas Leis de nºs 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005 e 5.058, de 8 de novembro de 2012.”

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O § 1º, do art. 11, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que “Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dando outras providências”, modificada que foi pelas Leis de nºs 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005 e 5.058, de 8 de novembro de 2012, passa a ter esta redação:

“Art. 11. ...

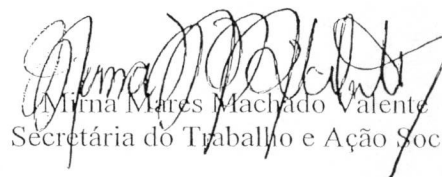
§ 1º - Fica prorrogado até 14 de julho de 2013, o mandato dos atuais membros do Conselho Tutelar para que se realize o processo seletivo e a escolha por sufrágio universal e direto dos novos membros do mencionado Conselho, de modo a evitar que o referido órgão fique acéfalo.

...”

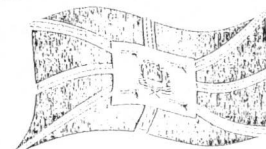
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigência os demais dispositivos das Leis de nºs 2.923, de 18 de janeiro de 1994, 2.973, de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997, 3.235, de 2 de outubro de 1997, 3.535, de 8 de dezembro de 2000, 3.600, de 18 de junho de 2001, 3.845, de 13 de março de 2003, 4.197, de 25 de novembro de 2005 e 5.058, de 8 de novembro de 2012, desde que não modificados por esta Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 4 de março de 2013.


Raul José de Belém
Prefeito


Mirna Mares Machado Valente
Secretária do Trabalho e Ação Social

Publicada no jornal "Contudo" em 01.12.05-- Edição 172.



LEI Nº 4.197

“Acrescenta o § 3º, ao artigo 18, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que sofreu alterações pela Lei nº 3.845, de 13 de março de 2003.”

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica acrescentado o § 3º, ao artigo 18, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que foi alterado pela Lei nº 3.845, de 13 de março de 2003, com esta redação:

“Art. 18 - ...

...

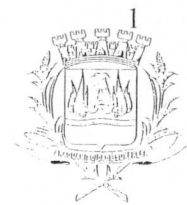
§ 3º - Pela prestação de serviços durante os plantões o conselheiro tutelar eleito, empossado e em efetivo exercício, faz jus à gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração mensal que perceber.”

Art. 2º - Correrão à conta de dotações próprias do orçamento municipal os gastos com a execução desta Lei que, revogadas as disposições em contrário entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 25 de novembro de 2005.


Marcos Antônio Alvim
Prefeito


Lúcia de Araújo
Secretária de Administração





Prefeitura Municipal de Araguari
Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.845

“Introduz alterações na Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, dando outras providências.”

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O inciso VII, do art. 7º, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, passa a ter esta redação, acrescentando-se ao artigo o inciso X:

“Art. 7º - ...

...

VII – regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a escolha e a posse dos membros dos Conselhos Tutelares do Município, sob a fiscalização do Ministério Público;

...

X – elaborar o regimento interno dos Conselhos Tutelares do Município.”

Art. 2º - Os incisos I e II do art. 8º da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando revogadas as alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo inciso I:

“Art. 8º - ...

I – sete membros titulares e sete suplentes representando os poderes municipais, indicados pelo Prefeito;

II – sete membros titulares e sete suplentes, representando a sociedade, indicados na ordem de votação, nomeados e empossados pelo Executivo, eleitos por instituições filiadas e registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

...”

Art. 3º - O parágrafo único do art. 10, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que foi acrescentado pela Lei nº 3.205, de 05 de junho de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

Marcos Antônio Alvim
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Araguari
Gabinete do Prefeito

“Art. 10 - ...

Parágrafo único – O Conselho Tutelar de Araguari funcionará nos dias úteis, no horário de 8:00 horas às 18:00 horas, mantendo plantões fora deste horário, inclusive aos sábados, domingos e feriados, cujas formas de atendimento e escalas serão definidos no regimento interno do Órgão.”

Art. 4º - O inciso V, do art. 14, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, passa a ter esta redação:

“Art.14 - ...

...

V – escolaridade universitária com formação em ciências humanas ou esteja fazendo curso na referida área.

...”

Art. 5º - O “caput” do art.17, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

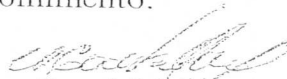
“Art. 17 – Fica instituído o regime jurídico da função pública de conselheiro tutelar do Município de Araguari, sendo-lhe aplicado naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei ou incompatível com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e da legislação correlata, quanto às vantagens, deveres e proibições dos ocupantes de cargos comissionados.

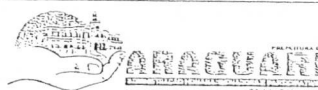
...”

Art. 6º - O “caput” do art. 18, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação, sendo-lhe acrescentado o § 2º, renumerando-se para § 1º, o respectivo parágrafo único:

“Art.18 – A Fazenda Municipal pagará a remuneração mensal de R\$600,00 (seiscentos reais) para o conselheiro eleito, empossado e em efetivo exercício, deduzido do valor a contribuição previdenciária concernente que doravante lhe será descontada para recolhimento.

§ 1º - ...


Marcos Antônio Alvim
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Araguari
Gabinete do Prefeito

§ 2º - A remuneração mensal aludida no “caput” deste artigo será reajustada no mesmo percentual do aumento salarial que vier a ser concedido aos servidores municipais.”

Art. 7º - O Executivo Municipal fará publicar a íntegra da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, com todas as suas alterações, no prazo de até 60 (sessenta) dias.

Art. 8º - Para fazer face aos gastos com a execução desta Lei no presente exercício, fica o Chefe do Executivo autorizado a suplementar a dotação nº 0223.08244067.2195.33903600, no valor de até R\$600,00 (seiscentos reais) utilizando-se dos recursos resultantes da anulação parcial ou total de dotações e/ou provenientes do excesso de arrecadação.

Parágrafo único – Para o exercício de 2003, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir crédito especial no respectivo orçamento, podendo para tanto criar as dotações orçamentárias inerentes.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 13 de março de 2003.


Marcos Antônio Alvim
Prefeito


Carmen Valente Oliveira Cunha Alvim
Secretária do Trabalho e Ação Social

LEI Nº 3205 .

**"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.923, DE 18 DE JANEIRO DE 1994,
QUE CONTÉM NORMAS SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE."**

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os arts. 10, 14, 15, 17, 18 e parágrafo único do art. 19, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, os quais passam a ter os presentes e respectivas redações:

"Art. 10 - Fica criado o Conselho Tutelar de Araguari, órgão permanente e autônomo, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que contém o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - O Conselho tutelar funcionará provisoriamente, nas instalações do CMBEM - Conselho Municipal do Bem Estar do Menor, na Avenida Nicolau Dorázio, 160, Bairro Industrial, todos os dias úteis, no horário de 8:00 até 11:30 horas e de 13:00 até 17:30 horas, mantendo plantões fora destes horários, inclusive aos sábados, domingos e feriados, cujas formas de atendimento e escala serão definidas no regimento interno do Órgão."

...

"Art. 14 - São requisitos para o exercício das funções de conselheiro tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral, provada através dos meios hábeis, inclusive por Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;

II - idade superior a vinte e cinco (25) anos;

III - residir no município há cinco (5) anos, no mínimo;

IV - convívio e experiência mínimos de dois (2) anos, no trato de interesses sociais e/ou educativos da criança e do adolescente;

V - escolaridade universitária para todos os conselheiros.

§ 1º Idêntica escolaridade será exigida para os suplentes do Conselho.

§ 2º O grau universitário exigido no inciso V deste artigo será, obrigatoriamente, referente aos cursos de psicologia, assistência social e pedagogia."

"Art. 15 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente definirá e regulamentará, por resolução, a forma e processamento de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observadas as seguintes disposições:

I - as instituições que mantenham programas de atendimento ao menor, integral ou parcialmente, excetuados os de caráter meramente educacional, terão direito a voto individual no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - o Poder Executivo Municipal terá dois votos, cabendo um ao Gabinete do Prefeito e outro à Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, tendo esta última o voto de qualidade; a Câmara Municipal terá dois votos, cabendo um ao Presidente e outro a Vereador indicado pelo Plenário;

III - o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Municipal de Assistência social terão direito a um voto, cada qual;

IV - a inscrição de candidatos poderá ser por candidatura individual ou chapas coletivas, definida a forma na resolução prevista no "caput" deste artigo, devendo a cada candidato corresponder, sempre, o nome do respectivo suplente, limitados os candidatos ao número total de vinte concorrentes."

...

"Art. 17 - O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo.

...

Parágrafo Único - Verificada a hipótese prevista neste artigo, o Conselho Municipal dos Direitos declarará vago o posto de conselheiro, dando imediata posse ao correlato suplente."

Art. 2º Para ocorrer aos gastos decorrentes desta Lei, fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial no vigente orçamento do município, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), valendo-se, a tanto, dos recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, a ocorrer mediante afixação no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 05 de junho de 1997.

Milton De Lima Filho
Prefeito Municipal

Mirna Mares Machado Valente
Secretário do Trabalho e Ação Social

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 19/08/2013

LEI Nº 3235 .

"CONTÉM ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.923, DE 18.01.1994, RELATIVA AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE."

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O inciso V e os §§ 1º e 2º do art. 18 e seu parágrafo único, todos da Lei nº 2.932, de 18 de janeiro de 1994, alterados pela Lei nº 3.205, de 05 de junho de 1997, passam a ter novas redações, quais sejam:

"Art. 14 - ...

...

V - escolaridade universitária para, no mínimo, dois dos conselheiros.

§ 1º para os suplentes dos conselheiros referidos no inciso anterior exige-se também escolaridade superior.

§ 2º O grau universitário exigido para dois dos conselheiros e respectivos suplentes será, obrigatoriamente, referente aos cursos de psicologia e assistência social."

"Art. 18 - A Fazenda Municipal pagará retribuição pecuniária mensal de R\$ 300,00 (trezentos reais) para o conselheiro eleito, empossado e em efetivo exercício.

Parágrafo Único - A retribuição pecuniária será paga apenas pelo exercício efetivo da função, atestado sempre pelo presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, excluído da mesma o suplente, enquanto não convocado, empossado e em efetivo exercício funcional."

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, a ocorrer mediante afixação no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 02 de outubro de 1997.

Milton de Lima Filho

Prefeito Municipal

Mirna Mares Machado Valente

Secretária do Trabalho e Ação Social

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 19/08/2013

LEI Nº 3535

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2.923, DE 18.01.1994, NOS TERMOS QUE MENCIONA.

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas disposições da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, modificada pelas Leis ns. 2.973 de 4 de outubro de 1994, 3.205, de 5 de junho de 1997 e 3.235, de 2 de outubro de 1997, relativamente aos artigos 12, 14 e 15, conforme consta dos parágrafos a seguir enunciados.

§ 1º Quanto ao artigo 12, fica o mesmo com esta redação:

"Art. 12 Haverá suplentes para os conselheiros tutelares, a serem convocados, nas hipóteses legais, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente."

§ 2º Quanto ao artigo 14, recebem novas redações os incisos II, III e V, ficando revogados os ++1º e 2º, e inserindo-se-lhe parágrafo único, da seguinte forma:

"Art. 14 ...

...

II - idade superior a vinte e um (21) anos ao ensejo da posse;

III - residência no Município;

V - escolaridade mínima de 2º (segundo) grau completo.

Parágrafo Único - Para a ocupação das suplências dos conselheiros são exigidos dos candidatos os mesmos requisitos constantes deste artigo."

§ 3º Quanto ao artigo 15, recebem novas redações os incisos I, II e IV, quais sejam:

"Art. 15 ...

I - terão direito a voto individual no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar as instituições que mantenham programa de atendimento ao menor e ao adolescente, integral ou parcialmente, como também, as instituições de caráter exclusivamente educacional, de ensino fundamental e médio para crianças e adolescentes, ressalvadas quanto às últimas, as disposições do inciso II subsequente;

II - o Poder Executivo Municipal terá dois votos, cabendo um ao Gabinete do Prefeito e o outro à Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, tendo esta última o voto de qualidade; a Câmara Municipal terá dois votos, cabendo um ao Presidente e

outro a Vereador indicado pelo Plenário, enquanto o conjunto da instituição de educação referidas no inciso anterior terá oito votos, a serem exercidos por representantes desse conjunto, escolhidos e credenciados pelo mesmo;

...

IV - a inscrição de candidatos poderá ser por candidatura individual ou por chapas coletivas, segundo opção do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, expressa na resolução prevista no "caput".

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 08 de dezembro de 2000.

Milton de Lima Filho

Prefeito Municipal

Lauro Wilson Henriques

Secretário de Governo

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 18/06/2013

LEI Nº 3600

ALTERA A REDAÇÃO DO "CAPUT" DO ARTIGO 18, DA LEI Nº 2.923, DE 18 DE JANEIRO DE 1994 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O "caput" do artigo 18, da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, modificado que foi pelas Leis n.ºs 3.205, de 05 junho de 1997 e 3.235 de 02 de outubro de 1997, passa a ter esta redação:

"Art. 18 A Fazenda Municipal pagará retribuição pecuniária mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para o Conselheiro eleito, empossado e em efetivo exercício.

... "

Art. 2º Para acorrer os gastos com a execução desta Lei, caso seja necessário, poderá o Chefe do Executivo complementar a dotação 1581483.2195.3131, do vigente orçamento, valendo-se para tanto da anulação parcial de dotações.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, a ocorrer mediante afixação no quadro de avisos da Prefeitura local.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 18 de junho de 2001.

Marcos Antônio Alvim
Prefeito

Carmen Valente Oliveira Cunha Alvim
Secretária do Trabalho e Ação Social

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 18/06/2013

LEI Nº 2973 .

"INTRODUZ ALTERAÇÕES NA LEI MUNICIPAL Nº 2.923, DE 18 DE JANEIRO DE 1994."

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam introduzidas alterações na Lei Municipal nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, que "Contém novas normas sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em substituição às constantes da Lei nº 2.863, de 24.08.93", consistindo essas alterações em reformulações e acréscimos assim especificados:

I - Ficam reformulados:

- a) o inciso VII, do artigo 7º;
- b) os incisos I, e respectivas alíneas "a" a "f", e II do artigo 8º;
- c) o artigo 11;
- d) o inciso IV do artigo 14;
- e) o artigo 15 e seus parágrafos 1º e 2º;
- f) o artigo 16;
- g) o artigo 18.

II - Ficam acrescentados:

- a) a alínea "g" ao inciso I do artigo 8º;
- b) o inciso V ao artigo 14.

Art. 2º O inciso VII do art. 7º,, passa a ter esta redação:

"Art. 7º ...

...

VII - regulamentar, organizar, coordenar bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a escolha e a posse dos membros dos Conselhos Tutelares do Município;

Art. 3º Os incisos I e II do art. 8º passam a ter estas redações:

I - sete membros natos, representando os poderes municipais, indicados:

- a) 01 (um) pelo Prefeito Municipal;
- b) 01 (um) pelo Legislativo Municipal;
- c) 01 (um) pelo Presidente do Conselho Municipal do Bem Estar do Menor;
- d) 01 (um) pelo Secretário Municipal de Saúde e Ação Social;

- e) 01 (um) pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura;
- f) 01 (um) pelo Juizado da Infância e Juventude;
- g) 01 (um) pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude.

II - sete membros, representando a sociedade, a serem nomeados e empossados pelo Executivo, com a prévia escolha e indicação pelas Associações e entidades envolvidas em programas assistenciais, que não tenham fins lucrativos, e que se dediquem a programas de assistência à infância e adolescência."

Art. 4º O artigo 11, com a modificação do seu contexto, passa a ter esta redação:

"Art. 11 - O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros com mandato de 03 (três) anos, permitida a recondução para mais um único mandato."

Art. 5º O artigo 14, com reformulação do inciso IV e o acréscimo do inciso V, passa a ter esta redação:

"Art. 14 - São requisitos para ser membro do Conselho Tutelar e exercer as respectivas funções:

I - reconhecida idoneidade moral, provada através dos meios hábeis, inclusive por Certidão Negativa de Antecedentes Criminais;

II - idade superior a 21 anos;

III - residir no município há 05 (cinco) anos, no mínimo;

IV - convívio e experiência mínimos de 01 (um) ano, no trato de interesses sócio-educativos do menor e do adolescente;"

Art. 6º O artigo 15, o qual terão reformulados o "caput" e os parágrafos 1º e 2º, passa a ter esta redação:

"Art. 15 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente definirá e regulamentará a forma e processamento de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 1º As entidades de classe, os clubes de serviços e outras associações sem fins lucrativos, indicados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, procederão à escolha dos membros do Conselho Tutelar, em número de 05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes.

§ 2º Não será permitida a acumulação do cargo de conselheiro com cargo ou função público."

Art. 7º O art. 16 passa a ter esta redação: membros do Conselho Tutelar, respeitadas as disposições desta Lei, será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público.

Art. 8º O art. 18 tem modificada sua redação, ficando com a seguinte:

"Art. 18 - Os conselheiros tutelares não terão remuneração, assegurando-se-lhe, entretanto, o reembolso, o reembolso de gastos que fizerem no cumprimento de suas funções, até o limite correspondente ao valor de três (3) salários mínimos mensais, como os relativos a ligações telefônicas, transporte e alimentação, obedecido o sistema de revezamento e o que dispuser o respectivo regulamento do Executivo Municipal."

Art. 9º O Executivo Municipal fará publicar a íntegra da Lei nº 2.923, de 18 de janeiro de 1994, com as alterações constantes da presente Lei, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 10 - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor na data da sua publicação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, 04 de outubro de 1994.

Miguel Domingos Oliveira

Prefeito Municipal

Sebastião Carolino de Paiva Filho

Secretário de Saúde e Ação Social

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 20/08/2013